

MENSAGEM
DO SANTO PADRE
LEÃO XIV
PARA O
LIX DIA MUNDIAL DA PAZ
1 DE janeiro DE 2026

***A paz esteja com todos vós.
Rumo a uma paz desarmada e desarmante***

“A paz esteja contigo!”.

Esta antiga saudação, presente ainda hoje em muitas culturas, ganhou novo vigor nos lábios de Jesus ressuscitado na noite de Páscoa. «A paz esteja convosco!» (Jo 20, 19.21) é a sua Palavra que não só deseja, mas realiza uma mudança definitiva naqueles que a acolhem e, conseqüentemente, em toda a realidade. Por isso, os sucessores dos Apóstolos exprimem todos os dias e em todo o mundo a revolução mais silenciosa: “A paz esteja convosco!”. Desde a noite da minha eleição como Bispo de Roma, quis inserir a minha saudação neste anúncio coral. E desejo reiterá-lo: esta é a paz do Cristo ressuscitado, uma paz desarmada e desarmante, humilde e perseverante. Ela provém de Deus, o Deus que nos ama a todos incondicionalmente. [1]

A paz de Cristo ressuscitado

Quem venceu a morte e derrubou as barreiras que separavam os seres humanos (cf. Ef 2, 14) foi o Bom Pastor que dá a vida pelo rebanho e tem muitas ovelhas que estão fora do seu redil (cf. Jo 10, 11.16): Cristo, nossa paz. A sua presença, o seu dom e a sua vitória reverberam na perseverança de muitas testemunhas, por meio das quais a obra de Deus continua no mundo, tornando-se ainda mais perceptível e luminosa na escuridão dos tempos.

Na verdade, o contraste entre as trevas e a luz não é apenas uma imagem bíblica para descrever o sofrimento do qual está a nascer um mundo novo: é uma experiência que nos atravessa e nos surpreende diante das provações que encontramos nas circunstâncias históricas em que vivemos. Ora, para não afundarmos na escuridão, é necessário ver a luz e acreditar nela. Trata-se de uma exigência que os discípulos de Jesus são chamados a viver de maneira única e privilegiada, mas que, de muitas maneiras, sabe abrir caminho no coração de cada ser humano. A paz existe, deseja habitar-nos, tem o poder suave de iluminar e alargar a inteligência, resiste à violência e a vence. A paz tem o sopro da eternidade: enquanto ao mal se ordena “basta!”, à paz se suplica “para sempre”. O Ressuscitado introduziu-nos neste horizonte. É neste sentir que vivem os promotores da paz que, no drama daquilo que o Papa Francisco definiu como “terceira guerra mundial em pedaços”, ainda resistem à contaminação das trevas, como sentinelas na noite.

Infelizmente, o contrário é possível, ou seja, esquecer a luz: assim, perde-se o realismo e se cede a uma representação parcial e distorcida do mundo, sob o sinal das trevas e do medo. Atualmente, não são poucos aqueles que chamam de realistas as narrativas privas de esperança, cegas à beleza dos outros e esquecidas da graça de Deus que sempre age nos corações humanos, por mais feridos que estejam pelo pecado. Santo Agostinho exortava os cristãos a estabelecerem uma amizade indissolúvel com a paz, para que, guardando-a no íntimo do próprio espírito, pudessem irradiar o calor luminoso ao seu redor. Dirigindo-se à sua comunidade, ele escreveu: «Se quereis atrair os outros para a paz, tende-a vós primeiro; sede vós, antes de tudo, firmes na paz. Para inflamar os outros, deveis ter dentro de vós a luz acesa». [2]

Queridos irmãos e irmãs, quer tenhamos o dom da fé, quer pareça que não o temos, abramo-nos à paz! Acolhamo-la e reconheçamo-la, em vez de a considerarmos distante e impossível. Antes de ser um objetivo, a paz é uma presença e um caminho. Mesmo que seja contestada dentro e fora de nós, como uma pequena chama ameaçada pela tempestade, guardemo-la sem esquecer os nomes e as histórias daqueles que a testemunharam. É um princípio que orienta e determina as nossas escolhas. Também nos lugares onde só restam escombros e onde o desespero parece inevitável, ainda hoje encontramos quem não esqueceu a paz. Do mesmo modo que, na noite de Páscoa, Jesus entrou no lugar onde se encontravam os discípulos assustados e desanimados, assim a paz de Cristo ressuscitado continua a atravessar portas e barreiras com as vozes e os rostos das suas testemunhas. É o dom que permite não esquecer o bem, reconhecê-lo como vencedor, escolhê-lo novamente e juntos.

Uma paz desarmada

Pouco antes de ser capturado, num momento de intensa confiança, Jesus disse aos que estavam com Ele: «Deixo-vos a paz; dou-vos a minha paz. Não é como a dá o mundo, que Eu vo-la dou». E imediatamente acrescentou: «Não se perturbe o vosso coração nem se acobarde» (Jo 14, 27). A perturbação e o medo podiam, certamente, referir-se à violência que em breve se abateria sobre Ele. De modo ainda mais profundo, os Evangelhos não escondem que o que desconcertou os discípulos foi a sua resposta não violenta: um caminho que todos, Pedro em primeiro lugar, contestaram, mas que o Mestre pediu que seguissem até ao fim. O caminho de Jesus continua a ser motivo de perturbação e medo. E Ele repete com firmeza àqueles que gostariam de defendê-lo: «Mete a espada na bainha» (Jo 18, 11; cf. Mt 26, 52). A paz de Jesus ressuscitado é desarmada, porque desarmada foi a sua luta, dentro de precisas circunstâncias históricas, políticas e sociais. Os cristãos devem tornar-se, juntos, testemunhas proféticas desta novidade, conscientes das tragédias das quais muitas vezes foram cúmplices. A grande parábola do juízo universal convida todos os cristãos a, conscientemente, agir com misericórdia (cf. Mt 25, 31-46). E, ao fazê-lo, encontrarão ao seu lado irmãos e irmãs que, por caminhos diferentes, souberam ouvir a dor dos outros e se libertaram interiormente do engano da violência.

Embora hoje não sejam poucas as pessoas com o coração pronto para a paz, um grande sentimento de impotência as invade diante do curso cada vez mais incerto dos acontecimentos. Já Santo Agostinho, com efeito, assinalava um paradoxo particular: «Não é difícil possuir a paz. É mais difícil, quando muito, louvá-la. Se quisermos louvá-la, precisamos de ter capacidades que talvez nos falem; devemos procurar as ideias certas, ponderar as

frases. Se, em vez disso, quisermos tê-la, ela está lá, ao nosso alcance, e podemos possuí-la sem qualquer esforço». [3]

Quando tratamos a paz como um ideal distante, acabamos por não considerar escandaloso que ela possa ser negada e que até mesmo se faça guerra para alcançá-la. Parecem faltar as ideias certas, as frases ponderadas, a capacidade de dizer que a paz está ao nosso alcance. Se a paz não for uma realidade experimentada, guardada e cultivada, a agressividade espalha-se, tanto na vida doméstica, quanto na vida pública. Na relação entre cidadãos e governantes, chega-se a considerar uma culpa o não estar suficientemente preparado para a guerra, para reagir aos ataques e para responder à violência. No plano político, essa lógica de oposição, muito além do princípio da legítima defesa, é o dado mais atual numa desestabilização planetária que a cada dia se torna mais dramática e imprevisível. Não por acaso, os repetidos apelos para aumentar as despesas militares – e as escolhas que disso decorrem – são apresentados por muitos governantes com a justificativa da periculosidade alheia. Na verdade, a força dissuasiva do poder e, em particular, a dissuasão nuclear, encarnam a irracionalidade de uma relação entre os povos baseada não no direito, na justiça e na confiança, mas no medo e no domínio da força. Como já escrevia São João XXIII na sua época: «O resultado é que os povos vivem em terror permanente, como sob a ameaça de uma tempestade que pode rebentar a cada momento em avassaladora destruição. Já que as armas existem e, se parece difícil que haja pessoas capazes de assumir a responsabilidade das mortes e incomensuráveis destruições que a guerra provocaria, não é impossível que um fato imprevisível e incontrolável possa inesperadamente atear esse incêndio». [4]

Pois bem, ao longo de 2024, as despesas militares a nível mundial aumentaram 9,4% em relação ao ano anterior, confirmando a tendência ininterrupta dos últimos dez anos e atingindo o valor de 2,72 bilhões de dólares, ou seja, 2,5% do PIB mundial. [5] Mais ainda, parece que os novos desafios devem ser enfrentados atualmente não só com um enorme esforço económico para o rearmamento, mas também com um realinhamento das políticas educativas: em vez de uma cultura da memória, que preserve a consciência adquirida no século XX e não esqueça os milhões de vítimas, promovem-se campanhas de comunicação e programas educativos em escolas e universidades, bem como nos meios de comunicação social, que difundem a percepção de que se vive continuamente sob ameaça e transmitem uma noção de defesa e segurança meramente armada.

Todavia, «quem ama verdadeiramente a paz ama também os inimigos da paz». [6] Assim, Santo Agostinho recomendava não destruir pontes e não insistir com repreensões, preferindo a via da escuta e, na medida do possível, do encontro com as razões dos outros. Sessenta anos atrás, o Concílio Vaticano II chegava à sua conclusão com a consciência da urgência de um diálogo entre a Igreja e o mundo contemporâneo. Em particular, a Constituição *Gaudium et spes* chamava a atenção para a evolução da prática bélica: «O perigo peculiar da guerra hodierna está em que ela fornece, por assim dizer, a oportunidade de cometer tais crimes àqueles que estão de posse das modernas armas científicas; e, por uma consequência quase fatal, pode impelir as vontades dos homens às mais atrozes decisões. Para que tal nunca venha a suceder, os Bispos de todo o mundo, reunidos, imploram a todos, sobretudo aos governantes e chefes militares, que ponderem sem cessar a sua tão grande responsabilidade perante Deus e a humanidade». [7]

Ao reiterar o apelo dos Padres conciliares e considerando o diálogo como a via mais eficaz em todos os níveis, constatamos que os recentes avanços tecnológicos e a aplicação das inteligências artificiais no âmbito militar radicalizaram a tragédia dos conflitos armados. Está-se a delinear até mesmo um processo de desresponsabilização dos líderes políticos e militares devido ao crescente “delegar” às máquinas as decisões relativas à vida e à morte das pessoas. É uma espiral de destruição sem precedentes, que compromete o humanismo jurídico e filosófico do qual qualquer civilização depende e pelo qual é protegida. É preciso denunciar as enormes concentrações de interesses económicos e financeiros privados que estão a empurrar os Estados nessa direção; mas isso não é suficiente, se ao mesmo tempo não for promovido o despertar das consciências e do pensamento crítico. A Encíclica *Fratelli tutti* apresenta São Francisco de Assis como exemplo desse despertar: «Naquele mundo cheio de torreões de vigia e muralhas defensivas, as cidades viviam guerras sangrentas entre famílias poderosas, ao mesmo tempo que cresciam as áreas miseráveis das periferias excluídas. Lá, Francisco recebeu no seu íntimo a verdadeira paz, libertou-se de todo o desejo de domínio sobre os outros, fez-se um dos últimos e procurou viver em harmonia com todos». [8] É uma história que quer continuar em nós e que exige unir esforços para contribuir mutuamente para uma paz desarmante, uma paz que nasce da abertura e da humildade evangélica.

Uma paz desarmante

A bondade é desarmante. Talvez por isso Deus se tenha feito criança. O mistério da Encarnação, que tem o seu ponto mais extremo de esvaziamento na descida aos infernos, começa no ventre de uma jovem mãe e manifesta-se na manjedoura de Belém. «Paz na terra», cantam os anjos, anunciando a presença de um Deus indefeso, pelo qual a humanidade só pode descobrir-se amada cuidando d’Ele (cf. *Lc 2, 13-14*). Nada tem a capacidade de mudar-nos mais do que um filho. E talvez seja justamente o pensamento nos nossos filhos, nas crianças e também naqueles que são frágeis como elas, que nos traspassa o coração (cf. *Act 2, 37*). A este respeito, o meu venerado Predecessor escrevia que «a fragilidade humana tem o poder de tornar-nos mais lúcidos em relação ao que dura e ao que passa, ao que faz viver e ao que mata. Talvez por isso tendamos tão frequentemente a negar os limites e a fugir das pessoas frágeis e feridas: elas têm o poder de questionar a direção que escolhemos, como indivíduos e como comunidade». [9]

São João XXIII foi o primeiro a introduzir a perspectiva de um desarmamento integral, alcançado somente através da renovação do coração e da inteligência. Assim escreveu ele na Carta encíclica *Pacem in terris*: «Todos devem estar convencidos de que nem a renúncia à competição militar, nem a redução dos armamentos, nem a sua completa eliminação, que seria o principal, de modo nenhum se pode levar a efeito tudo isto, se não se proceder a um desarmamento integral, que atinja o próprio espírito, isto é, se não trabalharem todos em concórdia e sinceridade, para afastar o medo e a psicose de uma possível guerra. Mas isto requer que, em vez do critério de equilíbrio em armamentos que hoje mantém a paz, se abrace o princípio segundo o qual a verdadeira paz entre os povos não se baseia em tal equilíbrio, mas sim e exclusivamente na confiança mútua. Nós pensamos que se trata de objetivo possível, por tratar-se de causa que não só se impõe pelos princípios da reta razão, mas que é sumamente desejável e fecunda de preciosos resultados». [10]

Este é um serviço fundamental que as religiões devem prestar à humanidade sofredora, vigiando sobre a crescente tentativa de transformar em armas até mesmo pensamentos e palavras. As grandes tradições espirituais, assim como o reto uso da razão, fazem-nos ir além dos laços de sangue e étnicos, ou daquelas fraternidades que reconhecem apenas quem é semelhante e rejeitam quem é diferente. Hoje vemos como isso não é óbvio. Infelizmente, faz parte do panorama contemporâneo, cada vez mais, arrastar as palavras da fé para o embate político, abençoar o nacionalismo e justificar religiosamente a violência e a luta armada. Os fiéis devem refutar ativamente, antes de tudo com a sua vida, estas formas de blasfêmia que obscurecem o Santo Nome de Deus. Por isso, juntamente com a ação, é mais do que nunca necessário cultivar a oração, a espiritualidade, o diálogo ecumênico e inter-religioso como caminhos de paz e linguagens de encontro entre tradições e culturas. Em todo o mundo, é desejável que «cada comunidade se torne uma “casa de paz”, onde se aprende a neutralizar a hostilidade através do diálogo, onde se pratica a justiça e se conserva o perdão». [11] Hoje, mais do que nunca, é preciso mostrar que a paz não é uma utopia, através de uma criatividade pastoral atenta e generativa.

Por outro lado, isso não deve desviar a atenção de todos da importância da dimensão política. Aqueles que são chamados a assumir responsabilidades públicas, nos mais altos e qualificados cargos, investiguem «a fundo qual a melhor maneira de se chegar à maior harmonia das comunidades políticas no plano mundial; harmonia, repetimos, que se baseia na confiança mútua, na sinceridade dos tratados e na fidelidade aos compromissos assumidos. Examinem de tal maneira todos os aspectos do problema para encontrarem no nó da questão, a partir do qual possam abrir caminho a um entendimento leal, duradouro e fecundo». [12] É o caminho desarmante da diplomacia, da mediação, do direito internacional, infelizmente contrariado por violações cada vez mais frequentes de acordos alcançados com grande esforço, num contexto que exigiria não a deslegitimação, mas sim o fortalecimento das instituições supranacionais.

Hoje, a justiça e a dignidade humana estão, mais do que nunca, expostas aos desequilíbrios de poder entre os mais fortes. Então, como viver num tempo de desestabilização e conflitos, libertando-se do mal? É necessário motivar e apoiar todas as iniciativas espirituais, culturais e políticas que mantenham viva a esperança, combatendo a difusão de «atitudes fatalistas a respeito da globalização, como se as dinâmicas em ato fossem produzidas por forças impessoais anónimas e por estruturas independentes da vontade humana». [13] Se, efetivamente, «a melhor maneira de dominar e avançar sem entraves é semear o desânimo e despertar uma desconfiança constante, mesmo disfarçada por detrás da defesa de alguns valores», [14] deve se contrapor a tal estratégia o desenvolvimento de sociedades civis conscientes, de formas de associativismo responsável, de experiências de participação não violenta, de práticas de justiça restaurativa em pequena e grande escala. Leão XIII já o salientava claramente na Encíclica *Rerum novarum*: «A experiência que o homem adquire todos os dias da exiguidade das suas forças, obriga-o e impele-o a agregar-se a uma cooperação estranha. É nas Sagradas Letras que se lê esta máxima: “Mais valem dois juntos que um só, pois tiram vantagem da sua associação. Se um cai, o outro sustenta-o. Desgraçado do homem só, pois; quando cair, não terá ninguém que o levante” (*Ecl* 4, 9-10). E esta outra: “O irmão que é ajudado por seu irmão, é como uma cidade forte”» (*Pr* 18, 19). [15]

Que isso seja um fruto do Jubileu da Esperança, que levou milhões de seres humanos a redescobrirem-se peregrinos e a iniciarem em si mesmos aquele desarmamento do coração, da mente e da vida, ao qual Deus não tardará em responder, cumprindo as suas promessas: «Ele julgará as nações, e dará as suas leis a muitos povos, os quais transformarão as suas espadas em relhas de arados, e as suas lanças, em foices. Uma nação não levantará a espada contra outra, e não se adestrarão mais para a guerra. Vinde, Casa de Jacob! Caminhemos à luz do Senhor» (Is 2, 4-5).

Vaticano, 8 de dezembro de 2025

LEÃO PP. XIV

[1] Cf. *Bênção “Urbi et Orbi”*, Loggia central da Basílica de São Pedro (8 de maio de 2025).

[2] Agostinho de Hipona, *Sermo* 357, 3.

[3] *Ibid.*, 1.

[4] João XXIII, Carta enc. *Pacem in terris* (11 de abril de 1963), 111.

[5] Cf. *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security* (2025).

[6] Agostinho de Hipona, *Sermo* 357, 1.

[7] Conc. Ecum. Vat. II, Cost. past. *Gaudium et spes*, 80.

[8] Francisco, Carta enc. *Fratelli tutti* (3 de outubro de 2020), 4.

[9] Id., *Carta ao Diretor do jornal italiano “Corriere della Sera”* (14 de março de 2025).

[10] João XXIII, Carta enc. *Pacem in terris* (11 de abril de 1963), 113.

[11] *Discurso aos Bispos da Conferência Episcopal Italiana* (17 de junho de 2025).

[12] João XXIII, Carta enc. *Pacem in terris* (11 de abril de 1963), 118.

[13] Bento XVI, Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 42.

[14] Francisco, Carta enc. *Fratelli tutti* (3 de outubro de 2020), 15.

[15] Leão XIII, Carta enc. *Rerum novarum* (15 de maio de 1891), 37.